

PAÍS / **MADEIRA**[Seguir](#)

Eurodeputados do PSD criticam distribuição de fundos para a Madeira

Os eurodeputados do PSD enviaram uma carta aberta ao primeiro-ministro, ministro do Planeamento e Comissária Europeia para a Coesão e Reformas contra o critério de distribuição de fundos.

04 set 2021, 12:40



Agência Lusa
Texto

Receba os alertas do Observador

Com os nossos alertas, pode seguir o seu autor, tópico ou programa favorito. Para não perder nada do que lhe interessa.

[Configurar](#)

Subscreva a newsletter Lifestyle

À quinta-feira à noite, a Maria Ramos Silva oferece-lhe uma seleção semanal de artigos para o ajudar a viver melhor e planear o seu fim de semana.



RÁDIO OBSERVADOR EM DIRETO





Os eurodeputados do PSD enviaram este sábado uma carta aberta ao primeiro-ministro, António Costa, ministro do Planeamento, Nélson Souza, e Comissária Europeia para a Coesão e Reformas, Elisa Ferreira, a criticar o critério de distribuição de fundos para a Madeira.

PUB • CONTINUE A LER A SEGUIR

Na missiva, os eurodeputados Cláudia Monteiro de Aguiar, Paulo Rangel, Lúcia Pereira, José Manuel Fernandes, Álvaro Amaro e Graça Carvalho contestaram o facto



RÁDIO OBSERVADOR EM DIRETO



•

implica uma “redução significativa de verbas face ao período 2014-2020”.

Por esse motivo, os sociais-democratas apelaram a uma “maior justiça” na distribuição de fundos referentes ao Portugal 2030.

Na sua opinião, o Governo deve ter em consideração as especificidades de cada região, sobretudo das mais isoladas e ultraperiféricas, pois só dessa forma se poderão corrigir as “muito vincadas assimetrias” entre as várias regiões do território nacional.

Sem uma adaptação “minuciosa” às especificidades de cada região haverá um processo de desenvolvimento a várias velocidades, continuando a “votar o interior e a ultraperiferia a um isolamento que condenará o país como um todo”, ressalvaram.

“É, por isso, com muita preocupação que nos deparamos nas negociações das verbas do Portugal 2030 com situações que, se não forem corrigidas de imediato, podem facilmente resvalar para o campo da desigualdade e injustiça, aumentando ainda mais o fosso entre regiões”, referiram.

Os eurodeputados sublinharam que nas negociações relativas a este fundo, o executivo insiste num critério assente no número de habitantes de cada região para definir a alocação de verbas, prevendo pequenos acréscimos tidos como compensatórios, mas que ficam muito

•

“Este critério, que nos parece injusto, não só não tem em conta as características e necessidades específicas da região, como não atende ao facto de, no total da UE-27, Portugal ter uma dotação total equivalente a 9,3% deste Fundo”, vincaram.

O Governo Regional da Madeira reivindica a manutenção dos valores referentes ao período 2014-2020 para fazer face a um período muito exigente o que, segundo os sociais-democratas, é da “mais elementar justiça”.

Os eurodeputados lembraram que a Madeira não foi contemplada no plano nacional relativo ao Fundo de Transição Justa e tem um acesso limitado ao Mecanismo Interligar a Europa devendo, por isso, ser alvo de um processo de compensação, que pode e deve ser concretizado pelo Fundo de Coesão.